

## Plenário aprova em primeiro turno o texto do novo CPP

Além da votação sobre o Código de Processo Penal, Plenário também ratifica indicações de embaixadores e de autoridades e permite empréstimos externos

O texto do novo Código de Processo Penal (CPP) superou ontem mais um obstáculo em sua tramitação, com a aprovação em primeiro turno pelo Plenário do Senado. Ainda é preciso um turno

suplementar antes do envio à análise dos deputados. O Plenário também confirmou indicações presidenciais de embaixadores e autoridades e permitiu ao BNDES e à Eletrobras tomar empréstimos externos. **4, 5 e 6**



Waldemir Barreto/Senado Federal

Senadores Romero Jucá (E), Antonio Carlos Júnior (C) e Renato Casagrande: acordo entre governo e oposição possibilitou votações importantes no Plenário do Senado ontem



Jonas Pereira/Senado Federal

José Sarney recebe do presidente do Tribunal de Contas da União, Ubiratan Aguiar, e do ministro Benjamin Zymler (D) o relatório de obras com indícios de irregularidades graves que recebem recursos federais

### TCU entrega relatório e vê irregularidade em 32 obras

Fiscalização em 231 obras públicas mostra indícios graves em 32 delas e recomenda que não recebam verbas do Orçamento de 2011. **2**

### Haddad será convidado a explicar falhas do Enem

A Comissão de Educação aprovou ontem requerimento convidando o ministro Fernando Haddad para falar sobre os problemas ocorridos no Exame Nacional do Ensino Médio, no fim de semana passado. **4**

## Senado exalta trajetória e vida religiosa de dom Eugenio Sales **8**

### Escolas como parceiras do consumo sustentável

A Comissão de Meio Ambiente aprovou mudança nas políticas relativas ao meio ambiente e à educação ambiental. Objetivo é incentivar escolas a adotarem práticas de consumo consciente. **7**

### Valor do salário mínimo será definido na semana que vem

O relator-geral do Orçamento para 2011, Gim Argello, reuniu-se ontem com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, e disse que o

valor proposto pelo governo poderá ser arredondado para R\$ 540. Não há recursos para a maior parte das demandas, informou. **3**

Gim Argello informou ao ministro Paulo Bernardo que Comissão Mista de Orçamento vai reestimar a arrecadação em mais R\$ 7,2 bilhões, além dos R\$ 17 bilhões já somados à previsão do governo



Luciano Ribeiro





Jonas Pereira/Senado Federal

Entre os ministros Ubiratan Aguiar (E) e Benjamin Zymler, Sarney recebeu o relatório do TCU sobre obras públicas com indícios de irregularidades

# Relatório do TCU indica 32 obras com problemas sérios

Presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o relatório anual elaborado pelo órgão auxiliar do Congresso Nacional

DAS 231 OBRAS públicas fiscalizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), 32 apresentaram indícios de irregularidades graves e, por isso, o tribunal sugere a suspensão dos repasses de recursos do Orçamento da União de 2011. A informação consta do relatório de fiscalização entregue ontem pelo presidente do Tribunal de Contas da União, Ubiratan Aguiar, e pelo ministro-relator, Benjamin Zymler, ao presidente do Senado, José Sarney. O bloqueio de repasses orçamentários é decisão do Congresso.

– São 32 obras com indicação de graves irregularidades. Isso daí vai ser examinado pelo Congresso, nos termos da LDO [Lei de Diretrizes Orçamentárias], ouvindo os gestores e fazendo avaliação geral. Agora está com o Congresso essa missão – disse o presidente do TCU.

O relator do plano de fiscalização do TCU (conhecido como Fiscobras), ministro Benjamin Zymler, explicou que as irregularidades vão desde sobrepreço a problemas nas licitações, como cláusulas restritivas ou licenças de projetos básicos. Foram auditadas 231 obras, representando investimentos de R\$ 35 bilhões, entre janeiro e agosto de 2010.

Entre essas, estão incluídas algumas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Não houve critério específico para

## O resultado da fiscalização

TCU realizou 231 auditorias em obras beneficiadas com recursos da União. Correção de erros pode gerar, segundo o tribunal, economia de R\$ 2,5 bilhões

Canal do Sertão	AL*
Drenagem do Tabuleiro dos Martins, em Maceió	AL
Modernização da malha viária do distrito industrial de Manaus	AM
BR-317/AM – Boca do Acre (divisa entre Amazonas e Acre)	AM*
Construção de casas na ressaca do bairro Congós, em Macapá	AP*
Construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste – Caetité-Barreiras	BA*
Manutenção de trechos rodoviários – BR-116	CE*
Construção da sede do Tribunal Regional Federal – 1ª Região	DF
Construção das obras do berço de atracação do Porto de Vitória	ES*
Dragagem e adequação da navegabilidade no Porto de Vitória	ES*
Restauração de rodovias federais	ES
Melhoramentos no aeroporto de Vitória	ES*
Adequação de trecho rodoviário Goiânia-Jataí, na BR-060	GO
Construção do aeroporto de Goiânia	GO
Ampliação do sistema de esgoto da Ilha de São Luís	MA*
Construção de trechos rodoviários no Corredor Leste BR-265/MG (divisa RJ/MG) – Ilícinia (divisa MG/SP)	MG*
Restauração, duplicação e melhoramentos na Rodovia BR-050	MG
Construção da Barragem Congonhas	MG
Construção da Refinaria Abreu e Lima, em Recife	PE*
Construção e recuperação de obras de infraestrutura hídrica – Construção da adutora Pirapama	PE*
Avenida Marginal Leste – controle de enchentes rio Poty – Teresina	PI
Modernização e adequação da produção – Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar)	PR*
Construção Porto Camargo – BR-487/PR – Campo Mourão	PR
Implantação da linha 3 do metrô do Rio de Janeiro	RJ
Implantação de sistema adutor (Proágua Nacional) – Alto Oeste	RN*
Sistema de esgotamento sanitário de Porto Velho	RO*
Implantação da Estação Retificadora Porto Velho e da Estação Inversora Araraquara 2	SP*
Reforma e ampliação do Aeroporto Internacional de Guarulhos	SP*
Conclusão das obras do Complexo Viário Baquirivu-Guarulhos	SP
Ferrovia Norte-Sul	TO*
BR-010/TO – entroncamento TO-030 – divisa TO/MA	TO
Construção da barragem do rio Arraias	TO

(\*) obras do PAC

Fonte: Tribunal de Contas da União – TCU

analisá-las; as obras passam por vistoria por se enquadrarem em aspectos como a regionalização, o tamanho do contrato ou irregularidades que já tenham sido detectadas em anos anteriores, salientou Zymler.

O ministro explicou ainda que a atuação do tribunal de contas permitiu uma economia aos cofres públicos de R\$ 2,5 bilhões, graças a ajustes e reduções promovidas pelo gestor das obras.

## Randolfe Rodrigues visita presidente do Senado

O senador eleito com mais votos pelo Amapá, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), esteve ontem no Senado e se encontrou com o presidente da Casa, José Sarney. Ele disse que buscará apoio para solucionar problemas do seu estado, como a necessidade de investimentos na Companhia de Eletricidade do Amapá.

– Precisamos resolver, para os próximos anos, nosso gargalo de geração e distribuição de energia elétrica – observou.

Além da questão energética, Randolfe conversou com Sarney sobre outras duas de suas bandeiras na campanha eleitoral:



Jone Araújo/Senado Federal

Randolfe Rodrigues reclama mais recursos para o estado do Amapá

a ampliação da universidade federal do estado e a revisão do cálculo do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal

(FPE). De acordo com o senador eleito, os recursos repassados ao Amapá são insuficientes.

– É inaceitável que o Amapá esteja na 14ª colocação no ranking de distribuição de recursos. Os estados que têm arrecadação menor, como é o caso do Amapá, deveriam receber mais do FPE – argumentou.

Eleito com mais de 200 mil votos, Randolfe Rodrigues, 38 anos, será o mais jovem senador da próxima legislatura. A expectativa, segundo ele, é honrar a confiança dos amapaenses e aprender, por meio do diálogo, com os demais senadores.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

## Plenário Código de Defesa do Consumidor

14h A hora do expediente será dedicada aos 20 anos do Código de Defesa do Consumidor. A pauta de votações inclui projeto que restabelece diploma de curso superior de Comunicação Social para o exercício da profissão de jornalista.

## Presidência Presidente da Cruz Vermelha

11h O senador José Sarney recebe o presidente nacional da Cruz Vermelha, Walmir Moreira Serra Júnior. Às 12h, encontra-se com os presidentes dos conselhos Federal de Medicina, Roberto D'Ávila; Regional de Medicina de São Paulo, Luiz Alberto Bacheschi; e da Associação Médica Brasileira, José Luiz Gomes do Amaral. Às 16h, dirige a ordem do dia do Plenário.

## CCT Dia Mundial da Ciência pela Paz

8h30 A comissão celebra, em audiência pública, o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento. Também será debatido o Relatório Mundial sobre Ciências, elaborado pela Unesco. Examina ainda projetos de decreto legislativo que autorizam o funcionamento de serviços de radiodifusão.

## CDR Isenção para material de construção

10h O primeiro item da pauta da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo autoriza o Poder Executivo a reduzir a zero as alíquotas do PIS-Pasep e da Cofins dos materiais de construção destinados a habitações populares.

## CCJ Dedução de aluguel no IR

10h Entre os 107 itens da pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, está o projeto que autoriza a dedução, do Imposto de Renda, de despesas de aluguel relativo a um único imóvel residencial até o valor de R\$ 15 mil. Outro projeto veda a exigência de conhecimento de língua estrangeira em concursos públicos e nos exames vestibulares de instituições de ensino superior.

## Homenagem Gráfica do Senado faz 47 anos

10h A Gráfica do Senado Federal completa 47 anos. Como parte das comemorações, serão inaugurados o Espaço de Leitura Ninon Accioly Borges, o Corredor de Arte João Emílio Falcão e o Memorial da Gráfica.

## CDH Plástica gratuita para vítima de violência

10h A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa examina projeto que possibilita a realização de cirurgia plástica reparadora, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), a mulheres vítimas de violência.

## CRE Novo embaixador brasileiro no Peru

11h A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional analisa indicação de Carlos Alfredo Lazary para chefiar a embaixada brasileira no Peru.

## CAS 14º salário para professores

11h A Comissão de Assuntos Sociais vota projeto que cria o 14º salário para profissionais da educação básica da rede pública e também proposta que institui a política nacional de medicamento.

## CPI da Pedofilia Decisão sobre novos depoimentos

14h Reunião administrativa para o exame de requerimentos na Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia.

## CMO Créditos orçamentários

14h30 A Comissão Mista de Orçamento realiza reunião para votar projetos de lei que destinam créditos orçamentários adicionais a diversos órgãos do governo federal.

**SESSÃO ONLINE:** a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço [www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp](http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp)



Márcia Kolumbe/Senado Federal



Eliseu Resende (E), Antonio Carlos Júnior, Adelmir Santana e Alfredo Cotait participam da reunião de senadores do DEM

## Bancada do DEM critica MP do trem-bala

A bancada do DEM no Senado é contrária à Medida Provisória 511/10, que autoriza a União a financiar mais da metade do custo previsto do trem de alta velocidade (TAV) que ligará o Rio de Janeiro a Campinas (SP). Na saída de reunião da bancada ontem, o líder do partido, senador Antonio Carlos Júnior (BA), afirmou que o empreendimento é economicamente inviável e

alertou para os riscos de a União assumir subsídios elevados na operação do projeto.

O parlamentar citou análise da Consultoria do Senado, em que o consultor Marcos Mendes considera o TAV "um caso clássico de má qualidade da gestão de investimentos públicos". Antonio Carlos Júnior anunciou a intenção do DEM de solicitar novos estudos técnicos sobre a

viabilidade do projeto.

Eliseu Resende (MG) também considerou o empreendimento inviável.

Ex-ministro dos Transportes, Resende disse que os recursos para implantação do trem-bala seriam mais bem empregados em projetos de ampliação dos metrô das capitais, quase todos com obras paralisadas ou mesmo inconclusas.

## Sarney promete esforço para votar Orçamento

O presidente do Senado, José Sarney, disse ontem que fará todo o esforço necessário para aprovar ainda neste ano o Orçamento da União para 2011. Se necessário, frisou ele, poderá prorrogar os trabalhos do Congresso Nacional até 31 de dezembro.

– Devemos votar o Orçamento até o fim do ano, porque isso é o que determina o nosso Regimento Interno. Farei tudo para que aproveemos o Orçamento dentro do prazo e, se forem necessários alguns dias a mais, nós não prescindiremos desses dias. O mais importante para o Congresso é aprovar o Orçamento – disse o presidente do Senado.

Na opinião de Sarney, demandas como o reajuste do salário mínimo poderão ser contempladas dentro das possibilidades do Orçamento.

– Isso tem sido calculado, pesado e avaliado. É evidente que ninguém aprovará o Orçamento de forma irresponsável. Faremos tudo dentro das possibilidades que ele oferecer – avaliou o senador.

Questionado a respeito de um possível reajuste para os senadores no próximo ano, o presidente do Senado disse desconhecer a informação.

– Como presidente do Congresso, ainda não fui contado em nenhum momento para tratar desse assunto, mas, de acordo com a Constituição, cada legislatura ficará responsável pelos vencimentos da próxima – explicou Sarney.

# Valor do salário mínimo deve sair na semana que vem, anuncia Gim Argello

Relator-geral do Orçamento saiu de reunião com ministro do Planejamento admitindo arredondar valor para R\$ 540

A DEFINIÇÃO SOBRE o reajuste do salário mínimo só deverá acontecer na próxima semana, afirmou o relator-geral do projeto de Orçamento para 2011, senador Gim Argello (PTB-DF), ao sair de reunião com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, na manhã de ontem. A decisão só será tomada depois de conversas com as centrais sindicais, o presidente Lula e a presidente eleita, Dilma Rousseff, a quem caberá executar o Orçamento.

No seu relatório preliminar aprovado pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), o relator-geral manteve a previsão do Executivo de um salário de R\$ 538,15 para 2011. Depois da reunião, ele reafirmou que é possível arredondar o valor para R\$ 540. As centrais sindicais pressionam por R\$ 580.

– Acredito que podemos avançar, mas o cobertor é curto e as



Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, e Gim Argello reuniram-se ontem: cobertor mal cobre os joelhos, diz senador

centrais têm consciência disso.

Gim Argello e Paulo Bernardo trocaram informações sobre outras despesas extras que ainda dependem de cobertura de recursos, como o reajuste dos servidores do Executivo e do Judiciário e as transferências para compensar perdas de receita decorrente dos incentivos às exportações pela Lei Kandir. Pelos cálculos do relator, são necessários pelo menos

R\$ 30 bilhões para atender a todas as demandas.

### Mais R\$ 7,2 bilhões

O relator está contando agora com um acréscimo de R\$ 7,2 bilhões na arrecadação do ano que vem. De acordo com o que Argello teria informado ao ministro, essa previsão de receita deve vir do pagamento de tributos renegociados

com devedores do chamado "Refis da Crise", adotado para reduzir os impactos da crise financeira mundial de 2008. A CMO já havia aumentado em R\$ 17 bilhões a previsão da arrecadação para o ano que vem. Agora, com os R\$ 7,2 bilhões, a receita final poderá ter um acréscimo de R\$ 24,2 bilhões.

– O cobertor mal cobre os joelhos – resumiu o senador.

## Paulo Bernardo faz defesa do atual critério de reajuste

Após se encontrar com o senador Gim Argello, o ministro Paulo Bernardo foi enfático ao defender ontem a aplicação para o novo salário mínimo da mesma política de reajuste dos últimos anos. A política de reajuste defendida pelo ministro prevê aumento com base na inflação do ano anterior ao da

vigência do novo mínimo mais o crescimento do produto interno bruto (PIB) de dois anos antes. Como o PIB de 2009 foi negativo, o projeto do Orçamento corrigiu o salário do ano que vem apenas pela inflação de 2010, elevando seu valor para R\$ 538,15.

Paulo Bernardo disse que conversou com a presidente

eleita, Dilma Rousseff, sobre a definição do mínimo. Conforme o ministro, Dilma se mostrou sensível e chegou a indagar se não poderia ser feita exceção para chegar a um reajuste sem levar em conta os critérios dos últimos anos. Com base em argumento técnico, ele disse ter respondido negativamente à

pergunta da futura presidente e defendeu apenas o arredondamento para R\$ 540.

– A partir daí, qualquer discussão será política, mas temos que respeitar o acordo atual.

O ministro lembrou ainda que, para 2012, o reajuste vai contemplar, de saída, um crescimento do PIB de 8% em 2010.

## Congresso aprova R\$ 10,1 milhões para indenização a militares mortos no Haiti

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem projeto de lei (PLN 41/10) que abre crédito especial de R\$ 10,1 milhões em favor do Ministério da Defesa para o pagamento de indenização aos dependentes dos 18 militares das Forças Armadas mortos no terremoto ocorrido no Haiti em janeiro deste ano. Não foram apresentadas emendas ao projeto, que teve como relator o deputado Átila Lins (PMDB-AM) e ainda será votado pelo Plenário do Congresso Nacional.

A aprovação do crédito permitirá ao Comando do Exército realizar despesas relativas ao pagamento do auxílio especial e de bolsa especial de educação aos dependentes dos militares que estavam em

serviço no Haiti, conforme estabelece a Lei 12.257/10. O auxílio especial será no valor de R\$ 500 mil para cada militar falecido, dividido entre seus dependentes. A bolsa especial de educação será de R\$ 510 por dependente estudante do ensino fundamental, médio ou superior até os 18 anos ou, em se tratando de estudante universitário, até os 24 anos.

O crédito aprovado pela CMO também possibilitará aos comandos da Aeronáutica, Exército e Marinha cobrir os gastos com a prestação de assistência médica e hospitalar gratuita aos ex-combatentes que tenham efetivamente participado de operações bélicas durante a 2ª Guerra Mundial e a seus dependentes.



Chegada dos militares mortos no Haiti: agora indenizações poderão ser pagas aos familiares



Para Marisa Serrano, questões levantadas até agora são "extremamente graves". Líder do governo assegura que ministro tem todo o interesse em vir à Comissão de Educação conversar com os senadores

Fotos de Cristiana Gallo/Senado Federal



Marisa Serrano (C) apresentou requerimento, também assinado pelo líder do governo Romero Jucá, pedindo a presença do ministro da Educação

## CE aprova convite a Haddad para vir ao Senado explicar falhas no Enem

O MINISTRO DA Educação, Fernando Haddad, deverá vir à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) na próxima semana, para dar explicações a respeito de falhas na execução do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), no último final de semana. A comissão aprovou ontem requerimento de convite do ministro, apresentado pela senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) e também subscrito pelo líder do governo no Senado, senador Romero Jucá (PMDB-RR).

No requerimento, a senadora observou que ocorreram diversos problemas na aplicação do exame, como a troca de cadernos de questões. Ela lembrou já ter pedido, sem êxito, a presença do ministro no ano passado, para comentar os problemas ocorridos na aplicação do Enem em 2009. E recordou ainda o vazamento de informações pessoais de 12

milhões de alunos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão do ministério, responsável pelo exame.

– Quase 4 milhões de alunos prestaram o exame neste ano. E não ouvi até agora do ministro uma palavra dirigida a esses jovens, inclusive sobre a atitude a tomar. As questões levantadas são extremamente graves. E o Enem tem de servir para melhorar a qualidade de ensino – disse Marisa.

Logo no início da reunião, Romero Jucá adiantou que o ministro tem intenção de "prestar os esclarecimentos necessários" a respeito dos problemas verificados no fim de semana. Disse ainda que Haddad estaria à disposição para comparecer ao Senado na próxima semana.

A presidente da comissão, senadora

Fátima Cleide (PT-RO), acrescentou que também conversou com Haddad, e que este mais uma vez se colocou à disposição para conversar com os senadores. Para Eduardo Suplicy (PT-SP), o ministro é "o primeiro a querer prestar esclarecimentos", especialmente depois da decisão da juíza Karla de Almeida Miranda Maia, da 7ª Vara Federal do Ceará, de suspender a prova do Enem.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) saiu em defesa do exame. Ela recordou que apenas 5,2 milhões de brasileiros frequentam atualmente cursos de ensino superior, uma "parcela ínfima" da população nacional. Ela ressaltou a inclusão social promovida pelo Enem e alertou para o risco de se "jogar fora um dos instrumentos de democratização do acesso à universidade no país".

Por sua vez, o senador Paulo Paim (PT-RS) elogiou o ministro e afirmou que, se dependesse dele, Haddad permaneceria no cargo no próximo governo.

**Líder do governo diz que ministro está à disposição para vir ao Senado já na próxima semana**

## Plano Nacional de Cultura passa em comissão

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem, em decisão terminativa, o projeto de lei do Executivo que institui o Plano Nacional de Cultura. Caso não seja apresentado recurso para votação em Plenário, a proposta, já aprovada pela Câmara dos Deputados, seguirá logo para a sanção presidencial. O projeto regulamenta o financiamento da cultura, estabelece as atribuições do poder público no setor e enumera princípios a serem observados, como a liberdade de expressão, a diversidade cultural e o direito de todos à arte e à cultura.

– Trata-se de um marco legal da cultura brasileira, que estabelece uma política de Estado para o setor cultural – disse o assessor parlamentar do Ministério da Cultura, Paulo Brum, que acompanhou a votação do projeto (PLC 56/10). Ele lembrou que o plano foi elaborado após quatro anos de debates, nos quais participaram mais de 40 mil pessoas em todo o país.

A relatora, senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), classificou o plano como "uma espécie de agenda para a atuação do setor público" na área de cultura ao longo dos próximos dez anos, período de validade do plano. Um dos principais objetivos da proposta, ressaltou, é "universalizar o alcance dos brasileiros à arte e à cultura, assim como qualificar



Ao lado de Jaime Campos, Fátima Cleide preside reunião que aprovou várias proposições ontem

ambientes e equipamentos culturais para formação e fruição do público".

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) também ressaltou o papel da cultura no fortalecimento da economia. Em sua opinião, o setor cultural tem um "potencial econômico fantástico, mas ainda subutilizado".

A comissão aprovou também emenda da Câmara ao projeto do Senado (PLS 237/07) que inscreve o nome de Anita Garibaldi no *Livro dos Heróis da Pátria*.

Em turno suplementar, a CE aprovou substitutivo ao PLS 197/04, do senador Flávio Arns (PSDB-PR), que dispõe sobre os recursos do Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado aos Portadores de Deficiência.

Foram ainda aprovados cinco requerimentos de Fátima Cleide (PT-RO) – também presidente da CE –, e um de Marisa Serrano propondo a realização de audiências públicas sobre diversos assuntos.

## Aprovadas indicações de almirante e brigadeiro para STM

O Plenário aprovou ontem, por 41 votos a favor e 3 contra, a indicação do almirante de esquadra Marcus Vinicius Oliveira dos Santos para o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar (STM). Também foi aprovado para exercer o cargo de ministro do STM o tenente-brigadeiro do ar Cleonilson Nicácio Silva, com 37 votos favoráveis, 3 contrários e 4 abstenções.

Demóstenes Torres (DEM-GO) foi o relator da mensagem do Poder Executivo com a indicação de Marcus Vinicius. Em seu relatório, apresentado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) no dia 1º de setembro, o senador ressaltou os 47 anos de serviços prestados pelo almirante à Marinha do Brasil.

Naquele dia, o militar fez um breve relato sobre sua trajetória profissional, salientando ter passado cerca de 5.500 dias, o que equivale a 15 anos, a bordo de navios, em quase 50 anos de serviço.

Além de ter atuado como adido naval na Inglaterra, na Suécia e na Noruega, Marcus Vinicius destacou como uma das missões de maior satisfação em sua carreira ter comandado o 4º Distrito Naval, sediado em Belém, época em que pôde conhecer a fundo a região amazônica.

Já o brigadeiro Cleonilson Nicácio teve a indicação relatada na CCJ pelo senador Marco Maciel (DEM-PE), que também destacou a experiência do militar.

Ao defender sua candidatura perante os membros da comissão, Nicácio afirmou que norteou sua vida profissional pelos princípios republicanos de liberdade, igualdade e fraternidade.

– A lei e a ordem foram meu escudo e minha trincheira. Continuarei a pautar minha vida e meus julgamentos pelos princípios que regem a República, a vida democrática e a Constituição – disse.

## Sérvia, Chipre, Granada e Omã terão novos embaixadores

Os nomes de quatro indicados para assumir embaixadas brasileiras foram aprovados ontem pelo Plenário. Com 39 votos favoráveis e 4 contrários, foi confirmado o nome de Alexandre Addor Neto como embaixador do Brasil na Sérvia. Ele exercerá a função cumulativamente com a de embaixador em Montenegro, país vizinho recentemente separado da República da Sérvia e que também fez parte da antiga Iugoslávia.

Dante Coelho de Lima, por sua vez, será o embaixador do Brasil no Chipre. Seu nome foi aprovado pelo Plenário com 37 votos favoráveis, 4 contrários e 3 abstenções. Durante o debate em torno de sua indicação, na Comissão de Relações Exteriores (CRE), foi lembrada a situação do Chipre, que tem, desde 1974, 30% de seu território ocupado por forças turcas, que ali estabeleceram uma república só reconhecida pela Turquia.

A diplomata Mitzi Gurgel Valente da Costa foi aprovada pelos senadores por 40 votos a 3 para exercer o cargo de embaixadora do Brasil em Omã, que é um sultanato árabe. Já Ricardo André Vieira Diniz teve aprovada, por 41 votos a 3, a sua indicação para embaixador em Granada, país situado no Caribe.



## CAE inclui foto de Mercadante na galeria de ex-presidentes

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) incluiu ontem o retrato do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) na galeria de ex-presidentes da comissão. Graduado em Economia pela Universidade de São Paulo (USP) e mestre em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Mercadante dirigiu a comissão entre 2007 e 2008.

Ao relembrar sua atuação no cargo, o senador citou a sua iniciativa de realizar audiências trimestrais com o presidente do Banco Central – a fim de discutir assuntos como inflação, taxas de juros e câmbio. Ele também mencionou medidas como a criação das subcomissões de Reforma Tributária, de Marcos Regulatórios e a que trata de assuntos relacionados a municípios.

Ao comentar a experiência como senador nos últimos anos, Mercadante disse que “não foi fácil ser líder do governo sem que existisse uma maioria consolidada na Casa”. Declarou ainda que “o Senado passou por crises institucionais que devem servir de lição” para os parlamentares.

Durante a cerimônia, vários senadores, como Renato Casagrande (PSB-ES), destacaram que Mercadante optou por concorrer ao governo de São Paulo – o eleito foi Geraldo Alckmin (PSDB) – quando poderia ter sido reeleito senador.

Entre os presentes na solenidade estavam a economista e ex-deputada federal Maria da Conceição Tavares e o ministro interino da Ciência e Tecnologia, Luiz Antonio Elias.

Também participaram da solenidade os senadores Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Eduardo Suplicy (PT-SP), Eliseu Resende (DEM-MG), Fátima Cleide (PT-RO), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Ideli Salvatti (PT-SC), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Jayme Campos (DEM-MT), Jefferson Praia (PDT-AM), Neuto de Conto (PMDB-SC), Osmar Dias (PDT-PR), Paulo Paim (PT-RS), Romero Jucá (PMDB-RR) e Valdir Raupp (PMDB-RO).

A cerimônia foi presidida pelo senador Delcídio Amaral (PT-MS), atual vice-presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.



Antonio Carlos Júnior, Romero Jucá (líder do governo), Delcídio Amaral e Aloizio Mercadante: acordo permite votações

## Plenário aprova empréstimos para o BNDES e a Eletrobras

Após aval da Comissão de Assuntos Econômicos e acordo entre governo e oposição, pedidos de autorização para contratação de créditos externos são votados

ACORDO ENTRE GOVERNO e oposição permitiu ontem a inclusão na pauta e a aprovação pelo Plenário de autorizações de operações de crédito externo pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pela Eletrobras. Os projetos haviam sido aprovados pela manhã na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O BNDES foi autorizado a captar US\$ 1 bilhão junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o financiamento de micro, pequenas e médias empresas. Já a Eletrobras poderá captar US\$ 495 milhões junto ao Banco Mundial (Bird).

Em seu relatório sobre o empréstimo do BNDES, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) defendeu a autorização da operação. Ele disse que será feito “em condições muito favoráveis”, considerando-se o atual nível da taxa de juros a ser utilizada na operação, a Libor.

De acordo com relator Inácio Arruda (PCdoB-CE), os recursos para a Eletrobras serão repassa-

dos sob a forma de subempréstimos a seis empresas distribuidoras de energia das regiões Nordeste e Norte: Eletrobras Distribuição Alagoas (Ceal), Eletrobras Distribuição Piauí (Cepisa), Eletrobras Distribuição Acre (Eletroacre), Eletrobras Distribuição Rondônia (Ceron), Boa Vista Energia e Amazonas Energia.

Ao apoiar a autorização do empréstimo na CAE, o senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) declarou que essa operação também será realizada em “condições favoráveis”, ou seja, com taxas de juros baratas. Inácio Arruda, por sua vez, afirmou que, “além de beneficiar diretamente as distribuidoras mencionadas, os novos recursos devem gerar empregos, pois a modernização desse parque de distribuição vai atrair várias empresas”.

### Audiência pública

Mercadante e Antonio Carlos Júnior ressaltaram que, além da concordância em relação às duas operações, a aprovação de ambas foi possível após acordo

entre base aliada e oposição para que o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, seja convidado a dar explicações – em audiência pública na CAE – sobre as operações do banco.

Tanto Antonio Carlos Júnior quanto o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) questionam financiamentos como o destinado à construção do trem-bala entre Rio de Janeiro e Campinas. Medida provisória editada anteontem permite que o BNDES empreste até R\$ 20 bilhões para a empresa vencedora da respectiva licitação.

– Nesse caso, se houver inadimplência, é a União que assume o risco. Não podemos aceitar essa medida provisória – criticou Flexa Ribeiro.

Segundo o senador Eliseu Resende (DEM-MG), é necessário avaliar com mais cuidado a viabilidade econômica do empreendimento. Ele disse que há um estudo produzido pela Casa que aponta problemas e contraindica o projeto (*leia mais sobre isso na página 3*).



Mercadante, diante da galeria de fotos de ex-presidentes: senador destacou reuniões trimestrais com presidente do Banco Central entre suas realizações

## Maria da Conceição Tavares recomenda até “controle de capitais” para segurar dólar

A economista e professora Maria da Conceição Tavares manifestou-se descrente ontem em um acordo na reunião dos países do G-20, que começa amanhã em Seul, Coreia do Sul. No encontro, representantes das 19 maiores economias e da União Europeia tentarão evitar que o mundo caminhe para “uma guerra cambial”. O governo norte-americano tem pressionado pela desvalorização do dólar, para ajudar na reativação da sua economia.

Maria da Conceição Tavares fez palestra na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) por sugestão dos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Aloizio Mercadante (PT-SP), uma forma de homenageá-la pelos 80 anos, completados em abril. Como a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados pretendia também prestar a homenagem, senadores e deputados promoveram uma reunião conjunta. Os trabalhos foram presididos pelo senador Delcídio



Maria da Conceição Tavares, ao lado do senador Delcídio Amaral e do deputado Pepe Vargas: homenagem aos 80 anos

Amaral (PT-MS), vice-presidente da CAE, e pelo deputado Pepe Vargas (PT-RS), presidente da comissão da Câmara.

### Sugestões

Maria da Conceição concordou que a valorização do real frente ao dólar pode levar

“a uma situação bem difícil”, lastimando que as indústrias instaladas no Brasil estejam perdendo mercado externo, o que afeta o emprego no país. Ela tachou de “ingênuas” as pessoas que acreditam em uma desvalorização do yuan pelos chineses de “mais que um ou

dois por cento”.

– Se não houver acordo em Seul, temos que defender nossa moeda, doa a quem doer. Podemos fazer até controle de capitais externos. Terá uma chideira no começo, mas depois a situação se acomoda. É uma droga esse dinheiro que está

entrando para a Bolsa de Valores e para compra de títulos do Tesouro Nacional – afirmou.

A economista recomendou ao governo que, para manter o crescimento econômico sem risco inflacionário, faça um “re-alinhamento cambial lento” e, ao mesmo tempo, baixe os juros, iniciando um controle dos capitais que “entram só para ganhar nos juros e na Bolsa”.

Coube a Delcídio destacar que Maria da Conceição Tavares, portuguesa de nascimento, “inspirou gerações inteiras de economistas brasileiros” por suas posições econômicas desde a década de 1960 e como professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade de Campinas. Lembrou que ela ajudou a elaborar o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek e foi deputada federal pelo PT na Constituinte de 1988. Durante a audiência, a professora recebeu a medalha Personalidade do Ano de 2010 do Conselho Federal de Economia.



Proposta que atualiza legislação em vigor desde 1941 ainda precisa ser votada pelos senadores em turno suplementar, antes de ser enviada para a avaliação da Câmara dos Deputados

# Plenário aprova em 1º turno o novo Código de Processo Penal

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem o substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) ao projeto de lei do novo Código de Processo Penal (PLS 156/09). A matéria ainda será votada em turno suplementar, quando o projeto será novamente colocado em discussão e poderá receber emendas dos parlamentares. A proposta depois vai à análise da Câmara dos Deputados.

A votação do projeto foi possível graças a um acordo de lideranças que aprovou requerimento do relator, senador Renato Casagrande (PSB-ES), para a realização da última sessão de discussão e do primeiro turno de votação do projeto.

Antes da votação da proposta, Renato Casagrande disse que o atual CPP, de 1941, induz à impunidade, destacando ainda que o documento foi elaborado no período histórico do fascismo. Ele acredita que o novo Código de Processo Penal vai combater a impunidade e a criminalidade de forma acentuada.

Já o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) destacou que o novo CPP será da maior utilidade para os profissionais do Direito, tendo em vista que o texto do código atual "está ultrapassado". Valadares res-



Casagrande modificou proposta oferecida no final do ano passado por comissão especial

saltou que o relator do projeto ouviu autoridades e diversos segmentos da área jurídica, visando à construção de um arcabouço legal que irá repercutir na Câmara.

## Muitas inovações

A reforma do CPP votada ontem pelo Plenário foi aprovada em 17 de março pela CCJ. Tem 702 artigos e traz profundas modificações em vários dispositivos da atual legislação.

O substitutivo de Renato Casagrande baseou-se na proposta concluída

em dezembro de 2009 pela Comissão Temporária de Estudo da Reforma do CPP, constituída especialmente para análise do assunto. O atual CPP tem mais de 811 artigos. Grande parte deles, segundo o parlamentar, foi alterada, e outros artigos e parágrafos foram acrescentados.

O texto traz inovações como a criação da figura do juiz de garantia, que controlará a legalidade da investigação criminal e será responsável pelos direitos fundamentais do acusado. Pelo Código de Processo Penal em vigor, um mesmo juiz participa da fase de inquérito e profere a sentença. Com as mudanças propostas, caberá a um juiz dar garantias e atuar na fase da investigação, ficando o outro juiz do processo responsável pela tarefa de julgar.

Com relação ao júri, o texto permite que os jurados conversem uns com os outros, exceto durante a instrução e o debate. O voto de cada jurado, porém, continua sendo secreto. A vítima passa a ter direitos, como o de ser comunicada da prisão ou soltura do autor do crime, da conclusão do inquérito policial, do oferecimento da denúncia, do arquivamento da investigação e da condenação ou absolvição do acusado.

## Mozarildo pede mutirão por reforma eleitoral em 2011



Mozarildo Cavalcanti

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) sugeriu que 2011 seja o ano de uma grande mobilização para a reforma da legislação eleitoral do país. Para ele, é preciso definir já no próximo ano mecanismos legais destinados a punir "exemplarmente" atividades como a compra de votos e o uso da máquina governamental como instrumento eleitoral.

– Devemos promover

um esforço concentrado, não só na Câmara e no Senado, mas também com a ajuda da Ordem dos Advogados do Brasil, da Associação de Magistrados do Brasil e do Judiciário, para discutir de maneira rápida a reformulação do código, para que se acabe com a enxurrada de saídas para burlar a lisura do processo eleitoral.

Segundo Mozarildo, o Tribunal Superior Eleitoral deveria produzir regularmente campanhas publicitárias como a divulgada antes do pleito deste ano, com o objetivo de mostrar ao eleitor a importância do voto.

## Jayme Campos defende pauta de ações a favor do Brasil



Jayme Campos

Passado o período eleitoral, a oposição deve esquecer o revanchismo e elaborar uma pauta de ações e programas importantes para o país. A opinião é do senador Jayme Campos (DEM-MT), que sugeriu que os partidos que não se alinham com o governo destaquem ações que permitam ao Brasil melhorar nas áreas de segurança pública, saúde, educação, geração de emprego, meio ambiente, investimentos em infraestrutura e redução da carga tributária.

– Isso não significa que devemos renunciar aos nossos compromissos, como oposição. Ao contrário: temos que fortalecer nossos laços com a população na franca defesa dos temas nacionais. Cabe à oposição a missão de fiscalizar os atos do governo, não como revanche ou por banalidade, mas com uma postura de auxiliar no funcionamento do complexo sistema de gestão pública – afirmou o senador.



Fernando Cesar Mesquita e a senadora eleita Ana Amélia

## Senadora eleita elogia veículos de comunicação

A senadora eleita Ana Amélia Lemos (PP-RS) elogiou o trabalho dos veículos de comunicação do Senado e se disse surpresa com o compromisso de seus profissionais. A afirmação foi feita durante visita à Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs), na segunda-feira. Ana Amélia parabenizou a secretaria pelo trabalho e ressaltou que os veículos da Casa ajudam a dar transparência aos trabalhos do Senado. A senadora eleita ouviu dos diretores de cada veículo e serviço da Secs um relato sobre os principais produtos desenvolvidos.

Eleita com 3,4 milhões de votos, Ana Amélia Le-

mos reafirmou compromisso, durante o mandato, com o pacto federativo, por considerar "injusta a partilha dos recursos" entre União, estados e municípios, e defendeu o municipalismo, "como forma de propiciar o desenvolvimento mais rápido com estímulo para o empreendedorismo".

Ana Amélia disse ainda que vai defender os interesses dos aposentados.

– O governo costuma dizer que a Previdência está quebrada, mas quem estão quebrados são os aposentados. Por isso, vou intensificar uma ação em favor dessas pessoas que estão desassistidas – disse.

## Obra ajuda compreensão de termos da política

O quinto volume da série Edições Unilegis de Ciência Política foi lançado ontem, na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, do Senado Federal. Vocabulário da Política, de autoria do professor Octaciano Nogueira, segundo livro por ele escrito para a série, contém mais de 600 verbetes que auxiliam na compreensão do tema.

Produzido pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado, Vocabulário da Política complementa a série de publicações sobre Ciência Política.

Octaciano Nogueira

disse que o livro foi escrito com o objetivo de esclarecer as pessoas leigas sobre o que é a Ciência Política, além de ajudar os estudiosos da área no entendimento dos termos relacionados ao assunto.

O professor disse que durante os 22 anos em que foi professor pôde observar as muitas dúvidas dos alunos e que a ideia do livro surgiu como forma de esclarecer o tema.

– Esta é uma obra de referência que serve tanto aos leigos quanto aos políticos e aos estudantes de Ciência Política – explicou.

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo  
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko  
1º Secretário: Heráclito Fortes  
2º Secretário: João Vicente Claudino  
3º Secretário: Mão Santa  
4º Secretário: Patrícia Saboya  
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Acir Gurgacz • Mão Santa • Antonio Carlos Júnior

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide  
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira  
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

### Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
Editor-chefe: Flávio Faria  
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes  
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves  
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle  
Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br  
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



## Prisão na venda ilegal de anabolizantes

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) defendeu ontem seu projeto (PLS 124/05) que criminaliza a venda sem receita médica de esteroides anabolizantes, cujo consumo pode causar sérios problemas e até a morte se não for orientado por médicos.

– Apesar de todas as advertências da mídia e das autoridades sanitárias, os anabolizantes continuam sendo utilizados sem acompanhamento médico – afirmou.

A proposta está pronta para ser votada em Plenário, depois de ser aprovada, com mudanças feitas pelo relator Augusto Botelho (sem partido-RR), pelas comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Pelo projeto, a venda ilegal de anabolizantes será punida com pena de dois a cinco anos de reclusão e multa.



Venda ilegal será punida com até cinco anos de prisão, afirma Papaléo

## Valadares lamenta morte de médico sergipano

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) homenageou ontem, em discurso, o médico sergipano Lauro de Britto Porto, falecido aos 99 anos no dia 31 de outubro.

– Um grande médico, um sergipano ilustre que honrou nossa terra pelo carinho com que se dedicou à medicina, ilustrando sua passagem nessa profissão pelos mais altos e relevantes serviços prestados à comunidade de nosso estado – disse.

Nascido na cidade de Nossa Senhora das Dores, informou o senador, Lauro Porto administrou por sete anos o Hospital de Cirurgia de Aracaju, modernizando a instituição e criando laboratórios e enfermarias especializadas no tratamento de câncer.

– Ele realizou à frente do hospital de cirurgia uma grande administração, que repercutiu por anos afora – afirmou.



Valadares exalta trabalho na administração de hospital

Proposta visa incentivar as escolas a adotarem práticas de consumo sustentável. Relator, Renato Casagrande sugeriu integração às políticas nacionais relativas ao tema

# Escolas poderão viabilizar políticas sustentáveis

A ESCOLA PODERÁ ser incentivada a promover práticas conscientes de preservação do meio ambiente. Projeto de lei da Câmara (PLC 270/09) cujo objetivo é desenvolver uma política de educação para o consumo sustentável foi aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Apresentado pela deputada Rebecca Garcia (PP-AM), a proposta objetiva a adoção de práticas de consumo e de técnicas de produção ecologicamente sustentáveis. Consumo sustentável é o uso dos recursos naturais de forma a garantir qualidade de vida para a geração atual sem comprometer as necessidades das gerações futuras.

Entre as medidas previstas, o texto do relator na CMA, senador Renato Casagrande (PSB-ES), sugere estímulo à redução do consumo de água e energia nos ambientes residenciais e profissionais; à reciclagem de resíduos sólidos, alguns considerados perigosos ou de difícil decomposição, como pilhas, pneus e lâmpadas; e à exploração dos recursos naturais com base em técnicas de manejo ecologicamente sustentáveis.

Estão também previstas campanhas educativas nos meios de comunicação e capacitação dos



Estação de coleta seletiva de lâmpadas: exemplo de consumo consciente

professores dos ensinos fundamental e médio.

Casagrande, que também preside a CMA, sugeriu que a promoção e a adoção de padrões de consumo compatíveis com o desenvolvimento sustentável constem das recomendações da legislação vigente. Assim, propôs a inserção das medidas na lei que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/81) e a que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795/99) e não, como estabelecia a proposta inicial de Rebecca Garcia, pela criação de uma nova lei.

– É uma política que tem o objetivo claro de mudar a cultura, de incentivar a educação ambiental. Fiz algumas modificações nessa direção para que haja educação ambiental em todos os níveis, para que haja compatibilização do desenvolvimento econômico e social e dos padrões de consumo com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico – explicou.

O projeto será agora encaminhado à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), que tomará decisão terminativa sobre a proposta.

## Pacote de projetos amplia direitos do consumidor

Um conjunto de 11 projetos de lei que alteram o Código de Defesa do Consumidor (CDC – Lei 8.978/90) será apresentado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). As propostas resultam de ciclo de debates e palestras sobre direito do consumidor realizado pela comissão em razão dos 20 anos do código, completados em setembro.

– Avaliamos todas as sugestões e reflexões e, agora, algumas podem tramitar propondo alteração do Código de Defesa do Consumidor – informou o presidente da CMA, senador Renato Casagrande (PSB-ES).

Entre os projetos, que passarão a ter a autoria da comissão, está o que inclui a segurança nas transações por meio eletrônico e o sigilo das informações prestadas entre os direitos do

### Outras propostas

- Aumentar a eficácia dos mecanismos de **sanção** aplicáveis pelos órgãos de proteção e defesa do consumidor.
- Aperfeiçoar regras na elaboração e inserção do **manual** de instrução, de instalação e uso de produtos.
- Disciplinar a **multa** civil.
- Dobrar **prazos** de reclamação pelos vícios aparentes e de fácil constatação.
- Dar prioridade aos **processos** coletivos no Superior Tribunal de Justiça (STJ).
- Alterar as regras para a **publicidade** de alimentos ao público infantil.
- Alterar as regras sobre o aviso de **risco** aos consumidores relativo a nocividade e periculosidade de produtos e serviços.
- Conferir **eficácia** de título executivo extrajudicial às transações referendadas por qualquer dos órgãos públicos de defesa do consumidor.
- Otimizar o funcionamento das agências **reguladoras** em atenção ao interesse público e à proteção e defesa dos direitos dos consumidores e usuários.

consumidor. Nomes completos, endereços eletrônicos, telefones e endereços geográficos do fabricante do produto ou do prestador do serviço devem ser ostensivamente informados nas páginas eletrônicas.

Antes da conclusão da negociação, diz o texto, o fornecedor

dará acesso ao texto integral do contrato e deverá organizar meios que permitam ao consumidor receber confirmação sobre o sucesso da contratação, alertar sobre a ocorrência de erros ou falhas no pedido, bem como exercer o direito de arrependimento de que trata o CDC.

## Jefferson Praia pede novas medidas para moralizar política

A moralização da política iniciada com a Lei da Ficha Limpa pode ser aperfeiçoada com a aprovação de três projetos, de autoria do ex-senador Jefferson Peres, falecido em 2008, defendeu ontem o senador Jefferson Praia (PDT-AM), suplente de Jefferson Peres.

Os projetos de Lei Complementar 261/05, 269/05 e 363/05

tratam de situações que tornariam inelegíveis políticos processados por crime de responsabilidade ou que renunciaram para não ser cassados.

– Estou convicto de que a presente celebração da Ficha Limpa só se tornou possível pelo pioneirismo de líderes como Jefferson Peres. Nada mais justo do que aproveitar para home-



Senador defende aprovação de três projetos de Jefferson Peres

nagear a sua memória com a aprovação desses três projetos – disse Jefferson Praia.



Paulo Paim reafirma apoio aos produtores gaúchos de uva e vinho

## Paim defende reivindicações de vitivinicultores

O senador Paulo Paim (PT-RS) reafirmou ontem seu compromisso com o setor vitivinícola do Rio Grande do Sul e apoiou uma pauta de reivindicações assinada por empresários e vereadores de Caxias do Sul defensores dos interesses dos produtores de uva e vinho.

Entre as reivindicações do setor, estão a instituição de uma política permanente para a vitivinicultura; a fixação do preço mínimo da uva de acordo com a Lei 7.628/87; fiscalização e controle de circulação de vinhos e derivados; combate ao contrabando; redução das importações e da carga tributária sobre o vinho; e o estabelecimento da Comissão Interestadual da Uva, composta pelos sindicatos dos trabalhadores da região.

Segundo Paim, o preço mínimo da uva não sofre correção há quatro anos.



Deputados teriam participado de fraude no seguro-defeso, diz Couto

## Mário Couto quer prisão e cassação de deputados

O desvio de recursos para o pagamento do seguro-defeso no Pará levou o senador Mário Couto (PSDB-PA) a pedir a prisão e a cassação dos mandatos dos deputados estaduais eleitos Paulo Sérgio de Souza (Chico da Pesca) e Fernando Coimbra, que estariam envolvidos na fraude. O caso foi descoberto após investigações da Polícia Federal, do Ministério Público Federal e da Controladoria-Geral da União.

Segundo o senador, os dois parlamentares teriam inscrito ilegalmente entre os beneficiários do seguro-defeso pessoas que nunca teriam sido pescadores. Em troca, eles repassariam aos acusados um percentual dos valores recebidos do programa do governo.

Seguro-defeso é o benefício destinado ao pescador que exerce atividade de forma artesanal durante o período de proibição da pesca para preservação da espécie.



# Senadores prestam homenagem a dom Eugenio Sales, pelos 90 anos

**A**ção empreendida pelo cardeal e arcebispo emérito do Rio de Janeiro dom Eugenio Sales ao longo de mais de seis décadas de vida religiosa foi lembrada ontem, durante homenagem no Plenário do Senado pelos seus 90 anos de idade, completados segunda-feira. A homenagem foi solicitada pelo senador João Faustino (PSDB-RN).

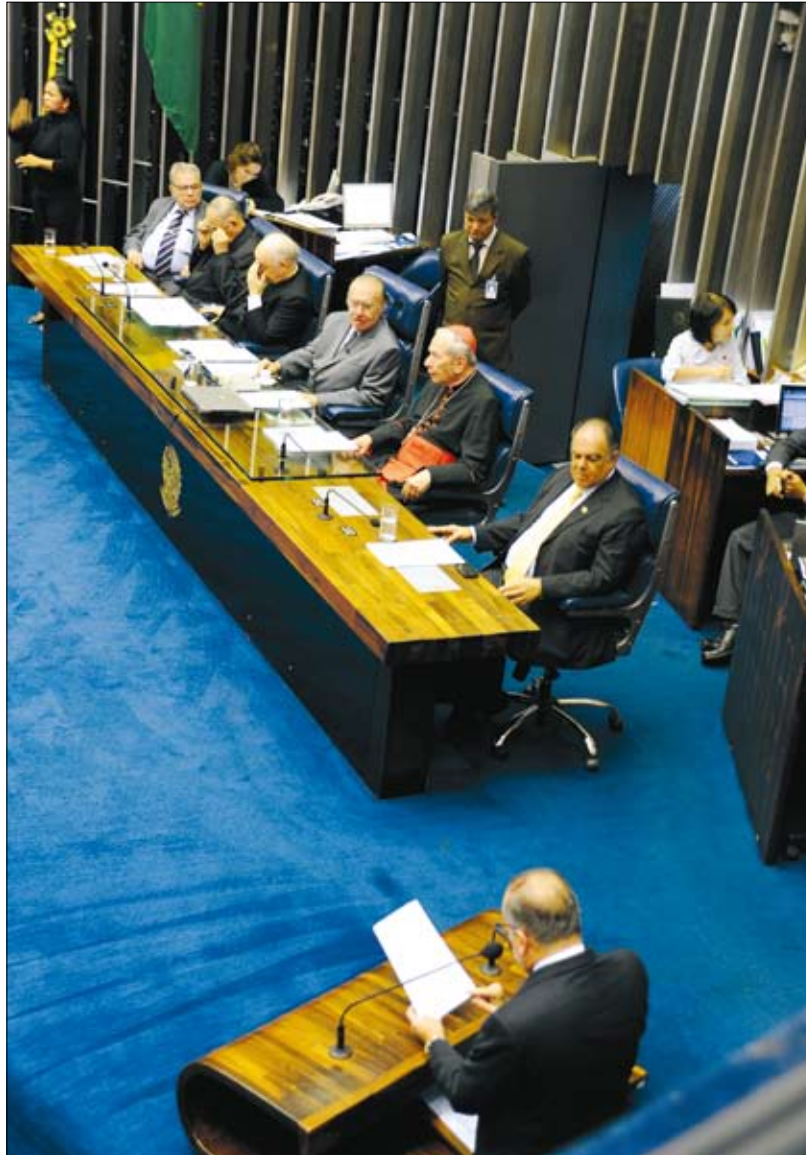
Dom Eugenio foi representado na cerimônia por seu irmão e arcebispo emérito de Natal dom Heitor de Araújo Sales. Também participaram da sessão o núncio apostólico no Brasil, dom Lorenzo Baldisseri, e o cardeal dom José Freire Falcão, arcebispo emérito de Brasília.

Na presidência da sessão, o senador José Sarney lembrou que dom Eugenio prestou auxílio a muitas pessoas perseguidas pelas ditaduras militares do Brasil e de outros países.

– Foi sempre firme na defesa dos direitos humanos, onde sua posição de absoluta isenção política lhe dava autoridade – afirmou.

João Faustino lembrou que, no Rio Grande do Norte, foi designado por Eugenio para presidir assembleias de trabalhadores rurais e viu, em cada uma delas, nascer um sindicato rural.

Na sessão, presidida por Sarney (3º à direita), senadores destacaram atuação de dom Eugenio na vida religiosa e no campo político e social



Mônica Moura/Senado Federal

## Para Vaticano, "seguro ponto de referência"

Em nome do papa Bento XVI e representando o Vaticano, o núncio apostólico no Brasil, dom Lorenzo Baldisseri, felicitou dom Eugenio Sales por seu 90º aniversário, classificando-o como "seguro ponto de referência" no âmbito eclesial e civil, por ter marcado a história do Brasil com sua atuação nas fases difíceis da vida política do país.

O núncio apostólico destacou como brilhantes as intuições de dom Eugenio no campo social, que ainda hoje permanecem válidas e são uma eficaz resposta às necessidades do país. Ele disse que o cardeal se caracterizou pela firmeza na doutrina e pela fidelidade à Igreja e ao Santo Padre, além de ter grande visão e ser um grande pastor.

– Sua ação sentou as bases dessa coluna inquebrantável de fé da Igreja e tem sido sinal de esperança e de amor em tempos de crises e de transformações para um mundo melhor. Dom Eugenio é para o Brasil e para a Igreja um ícone na constelação do episcopado, especialmente nas missões que lhe foram confiadas. Muito estimado pelos papas que se sucederam nestas décadas, quando elevado à púrpura cardinalícia, foi chamado a colaborar em vários dicastérios [departamentos] da Cúria Romana e em várias missões que lhe foram confiadas – afirmou.

Ao final da sessão especial, o irmão de dom Eugenio, o arcebispo emérito de Natal Heitor de Araújo Sales, leu carta de felicitação e bênção apostólica enviada pelo papa Bento XVI. Na carta, Bento XVI diz que dom Eugenio "soube gastar-se inteiramente por aqueles que Deus lhe havia confiado, num fecundo ministério vivido em profunda comunhão como sucessor de Pedro, sendo até hoje um referencial para a Igreja no Brasil, principalmente para as novas gerações de ministros ordenados".



Núncio apostólico Lorenzo Baldisseri elogia ações de dom Eugenio Sales

## Sarney ressalta trabalho social e apoio a refugiados

Ao abrir a homenagem, o presidente do Senado, José Sarney, disse que conheceu dom Eugenio quando este era arcebispo de Natal e que a sua marca já era a forte preocupação social, que não abandonaria ao longo de sua vida de serviço à Igreja.

– Tornou-se presença central na Igreja e figura importante no Colégio de Cardeais e na Santa Sé, onde foi membro de 11 congregações – assinalou.

Sarney lembrou que dom Eugenio foi um dos criadores das comunidades eclesiais de base, mas também um crítico de seu engajamento político. O senador também salientou que o cardeal foi pioneiro ao entregar paróquias à direção de freiras, um dos fundadores da Campanha da Fraternidade e incansável na defesa de refugiados políticos.

– Foi sempre firme na defesa dos direitos humanos, onde sua posição de absoluta isenção política lhe dava autoridade – afirmou.

## Plenário exalta religiosidade e dedicação

A trajetória religiosa de dom Eugenio Sales foi apontada por vários senadores como influenciadora de diversos setores da sociedade, entre eles a política. Francisco Dornelles (PP-RJ) disse que o cardeal é uma das fortes figuras surgidas no seio da Igreja Católica que marcaram a história recente do país.

– Sua força espiritual animou e anima ainda todos aqueles que se dedicam à missão pastoral própria da Igreja. Sua visão social está na direta linha dos princípios consagrados pelo Concílio Vaticano II. Sua moderação e equilíbrio tiveram um papel fundamental num momento especialmente delicado da vida nacional, contribuindo decisivamente para a paz e para a conciliação que superaram as dificuldades e curam as feridas – assinalou.

Acir Gurgacz (PDT-RO) disse que dom Eugenio viveu para a glória do Senhor e faz de sua vida um testemunho de fé, solidariedade, compreensão e opção pelo Evangelho. Gurgacz ressaltou a iniciativa

do então bispo de Natal na criação do Movimento de Natal, que teve repercussão internacional, e da Campanha da Fraternidade.

– Foi na cidade de Nísia Floresta [RN] que surgiu o embrião da Campanha da Fraternidade. Caminhadas a pé, de casa em casa, de rua em rua, de povoado em povoado, assim foi no início: semanas da fraternidade. Eram doados ovos, galinhas, hortaliças, frutas e o resultado, comercializado num feira cuja renda tinha como finalidade a compra de colchões, redes, entre outras coisas, para as famílias pobres espalhadas em 13 comunidades ligadas ao município – recordou.

### Emoção

Emocionado, o senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) destacou a amizade de seu pai, o senador Antonio Carlos Magalhães, com dom Eugenio Sales. Ele falou sobre o período em que o cardeal foi arcebispo primaz do Brasil, de 1968 a 1971.

– Sua passagem por Salva-

dor, que coincide com um período bastante difícil do regime militar que então vigorava no país, é um exemplo de sua dedicação à Igreja, ao seu rebanho de fiéis, mas também de sua preocupação extremada, embora discreta, com todos os brasileiros, sem distinção de credo – afirmou.

Marco Maciel (DEM-PE) disse que dom Eugenio está sempre a serviço da sua comunidade e recebe quem o procure, sobretudo as pessoas necessitadas. Ele ressaltou a capacidade empreendedora do religioso, fama alcançada na década de 1970, quando assumiu a Arquidiocese do Rio de Janeiro e mandou construir um prédio de dez andares no fundo do Palácio São Joaquim. O prédio reunia os serviços da Igreja espalhados pela cidade.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse que, infelizmente, a vida de dom Eugenio não será repetida por ninguém, pois "é única em seu brilhantismo, em sua devoção, em seu desapego e em entrega a Deus e ao outro".

## Idealizador da Campanha da Fraternidade, ajudou perseguidos políticos

Dom Eugenio Sales ficou conhecido como o idealizador das comunidades eclesiais de base e da Campanha da Fraternidade, destacando-se também a sua atuação na ajuda aos perseguidos políticos durante o regime militar.

Sua vida apostólica foi marcada pela de-

fesa da ortodoxia católica e pela oposição à Teologia da Libertação. Dom Eugenio ficou conhecido também pela atuação em defesa dos refugiados políticos do Brasil e de outros países latino-americanos no período entre 1976 e 1982. Nessa época, montou uma rede de apoio a esses refu-

giados, abrigando-os, primeiramente, na sé episcopal (Palácio São Joaquim) e depois em apartamentos alugados. Contou com apoio da Caritas Brasileira e do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados para financiar essa estadia, até conseguir asilo político para essas

pessoas em países europeus.

Nascido na Fazenda Catuana, em Acari (RN), no dia 8 de novembro de 1920, em uma família católica, realizou seus primeiros estudos em Natal. Em 1969, foi feito cardeal pelo papa Paulo VI e tornou-se arcebispo do Rio de Janeiro em 1971.